



ONDE ESCONDEMOS NOSSO RACISMO? REFLEXÕES PARA FOMENTAR O DEBATE ANTIRRACISTA

Mayra Gonzaga dos Santos

Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), Campus I, Arapiraca, Alagoas, Brasil

mayragonzaga2017@gmail.com

Angela Maria Araújo Leite

Docente da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), Campus I, Coordenadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares Sociedade e Educação - NEISE

angela.leite@uneal.edu.br

Lucimar Santos de Lima

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Educadora Midiática pelo Instituto da Palavra e Professora do Colégio Santa Úrsula e do Colégio Marista

lucimar.lima@prof.ursula.com.br

RESUMO – Os movimentos negros e antirracistas sempre foram silenciados e oprimidos. Faz-se necessário trazer à tona essas questões para que a hegemonia da branquitude, que ainda ocupa os lugares de poder, não se utilize delas para criar, dentro da sociedade, invisibilidades e indiferenças. A publicidade é um meio de divulgação que se utiliza de aparatos convidativos a cada público; e, a problemática materializa-se quando determinados grupos são discriminados, tais como, crianças negras, mulheres negras e, de forma mais ampla, o povo negro. Djamilia Ribeiro, referência nesta escrita, nos alerta sobre os problemas que impedem o acesso aos lugares de cidadania, que o racismo impõe. Analisa-se, através de revisões bibliográficas e de campanhas publicitárias, pretéritas e contemporâneas, como a sociedade brasileira se constituiu, sob forte influência do racismo. Descolonizar o pensamento está apenas em seu movimento inicial. Dessa forma, o texto reflete sobre o pensamento racista, predominante na sociedade brasileira, e o pensamento antirracista nos espaços intraescolares e extraescolares, possibilitando um exercício que nos permita compreender a importância do nosso papel na produção de uma sociedade antirracista. Contata-se que o racismo estrutural está arraigado na sociedade brasileira, o que torna urgente efetivarmos o funcionamento da Lei 11.645/08 nos espaços escolares, promovendo uma educação antirracista.

Palavras-chave: Movimento negro; Branquitude; Descolonização do pensamento; Lei 11.645/08; Educação antirracista.

WHERE DO WE HIDE OUR RACISM? REFLECTIONS TO FOSTER THE ANTI-RACIST DEBATE

ABSTRACT – Black and anti-racist movements have always been silenced and oppressed. It is necessary to bring these issues to light so that the hegemony of whiteness, which still occupies places of power, does not use them to create, within society invisibility and indifference. Advertising is a means of dissemination that uses devices that are inviting to each audience; and, the problem materializes when certain groups are discriminated, such as black children, black women and, more broadly, black people. Djamilia Ribeiro, a reference in this paper, warns us about the problems that prevent access to places of citizenship, which racism imposes. It is analyzed, through bibliographical reviews and past and contemporary advertising campaigns, how Brazilian society was constituted under the strong influence of racism. Decolonizing thought is only in its initial stages. In this way, the text reflects on racist thinking, prevalent in Brazilian society, and anti-racist thinking in intra-school and extra-school spaces, enabling an exercise that allows us to understand the importance of our role in producing an anti-racist

society. It is clear that structural racism is rooted in Brazilian society, which makes it urgent to implement the federal Law 11.645/08 in school spaces, promoting anti-racist education.

Keywords Black movement. Whiteness. Thought decolonization. Law 11,645/08; Anti-racist education..

INTRODUÇÃO

É preciso coragem para assumir que o racismo está em cada um de nós.

Lucimar Santos de Lima

O discurso de igualdade racial é recorrente em nosso país. A Lei 10.639/03, que instituiu a inclusão curricular da “História e Cultura Afro-Brasileira e africana”, alterando a Lei 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Foi posteriormente alterada com a Lei 11.645/08, tornando obrigatório o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira, nos ensinamentos fundamental e médio, são suficientes para constatar a fragilidade que sustenta essa afirmação. Essas Leis podem promover o pensamento antirracista no espaço escolar e, por extensão, na sociedade? A verdade incontestável reside em que as relações de desigualdade e exclusão que o processo colonial instalou em nosso país ainda fomenta o racismo estrutural. Nesse sentido, nosso objetivo é produzir reflexões sobre o quanto há em nós de racismo e possibilitar um exercício que nos permita compreender a importância do nosso papel na produção de uma sociedade antirracista.

Ao completar vinte anos da alteração da LDB, pouco é possível verificar em seu funcionamento escolar. “Todas as vezes que se inicia qualquer reflexão sobre a escolarização dos negros no Brasil, o ponto de partida é o irremediável lugar-comum da denúncia” (Gonçalves e Silva, 2000, p. 134). Uma situação bastante comum que atravessa várias décadas, o que Milton Santos (2006) denomina “rugosidades”, as rugosidades da negligência escolar para a população afrodescendente. Passos (2012, p. 1) chama a atenção para que “as desigualdades acumuladas na experiência social da população negra, nos processos de escolarização, têm sido denunciadas há muitos anos pelo movimento social negro, por estudiosos das relações raciais”. Suas conclusões estão baseadas nas dificuldades da real implementação de um ensino para relações étnicas raciais, bem como, na dificuldade de crianças e jovens de ascendência africana de permanecerem no ambiente escolar, com a grande permanência de problemas atuais com raízes no passado.

Ainda se observa a grande evasão escolar de crianças e jovens negros no sistema educacional, sendo essa evasão dada pelos problemas conjunturais e estruturantes da sociedade brasileira, que ainda reforça o sistema opressor do racismo. O que é possível observar na investigação de Henriques (2001) sobre o fato de que a escolaridade média entre brancos e negros obteve um aumento significativo no século XX, entretanto, um indivíduo branco de 25 anos, terá, em média, 2 ou 3 anos a mais de estudos que um jovem negro da mesma idade, e a intensidade de discriminação se perpetua pelos mesmos coeficientes entre as gerações de pais e avós. Assim, é possível entender o enraizamento histórico do problema.

O passado é refletido no presente, quando conseguimos analisar de que forma as engrenagens sociais se configuraram, mantendo velhos conflitos com novas armas. Em 1824, a primeira constituição federal é estabelecida, e seu último parágrafo, especificamente no inciso XXXII, declara: “a instrução primária, é gratuita a todos os cidadãos” (Brasil, 1824). Pensemos em como seria viável oferecer educação primária gratuita a todos os “cidadãos”, em uma sociedade que naquele tempo excluía grande parte de seus membros. Quais seriam os cidadãos aos quais essa educação seria destinada? Evidentemente, a classe dominante branca!

Após 134 anos de abolição da escravatura, temos as mesmas situações, em cenários diferentes. O que antes era explícito, hoje é sutil. Antes o racismo ocorria por casos isolados, hoje, caracteriza-se por racismo estrutural. Isto é, houve uma estruturação social e o opressivo sistema, que não

suportaria ver seu oprimido livre, engendra-se dentro desse novo modelo para perpetuar sua opressão.

Outro ponto sensível aos nossos questionamentos é como a sociedade recebeu e/ou vem recebendo a identidade do povo negro. Nesse sentido, é possível constatar mudanças, no sentido positivo, uma vez que é notório que "grupos políticos e mega indústrias diversas, inclusive da comunicação, cedem espaços para pessoas negras porque a hashtag #RepresentatividadeImporta impacta em audiência, voto e lucro" (REIS, 2022, p. 25).

Para dar suporte as discussões que realizamos, buscamos priorizar os referenciais em intelectuais negros, especialmente as reflexões realizadas por Djamila Ribeiro; outro suporte é amparado na legislação brasileira que, teoricamente, busca promover uma educação antirracista, bem como, a utilização de campanhas publicitárias, pretéritas e contemporâneas, analisando seu contexto na perspectiva do racismo ou no combate ao mesmo.

IDENTIDADE: “EU SOU PORQUE SOMOS”

Se o processo de construção da identidade nasce a partir da tomada de consciência das diferenças entre ‘nós’ e ‘outros’, não creio que o grau dessa consciência seja idêntico entre todos os negros, considerando que todos vivem em contextos socioculturais diferenciados.

Kabengele Munanga

Kabengele Munanga é um congolês naturalizado brasileiro desde 1985. Professor aposentado da Universidade de São Paulo (USP), ligado ao Departamento de Antropologia, é um dos maiores intelectuais que se dedica à pesquisa sobre a antropologia da população afro-brasileira. E é a partir da realidade vivenciada por si e pelos habitantes deste país, Brasil, que Munanga coloca em pauta a desmitificação de que existe uma democracia racial.

É necessário afirmar que o espaço escolar precisa ser repensado quanto as relações que estão sendo tecidas no bojo do constructo social. Um questionamento inicial diz respeito ao uso do livro didático e a forma de como a imagem negra vem sendo representada, para que as crianças e jovens aprendam sobre a nossa diversidade populacional? Há tempos se fala sobre escravidão e escravos, mas, não passou da hora de nos libertarmos desse clichê? Por que não falar sobre como e quando o “ser negro” tornou-se sinônimo de escravo? Não se nasce escravo, essa é uma condição imposta por aqueles que mantêm uma hierarquia ideológica de sobreposição de uma etnia sobre outra. Utilizamos aqui o termo etnia por ser considerado o mais adequado, pois, o uso de “raça” já foi discutido, analisado e concluído, como um conceito social e não biológico. De acordo com Munanga (2004, p.6) “alguns biólogos anti-racistas chegaram até sugerir que o conceito de raça fosse banido dos dicionários e dos textos científicos”.

Ainda buscando Munanga (idem, p. 7) para nos ajudar a refletir sobre os conceitos de raça e racismo, afirma o autor que “por razões lógicas e ideológicas, o racismo é geralmente abordado a partir da raça, dentro da extrema variedade das possíveis relações existentes entre as duas noções”. São relações históricas, tecidas a partir da imposição de uma pessoa sobre outra, gestando relações de pretensa superioridade sobre o outro, inferiorizado. Nesse sentido, continua Munanga,

Com efeito, com base nas relações entre “raça” e “racismo”, o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela

relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, lingüísticos, [sic] religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo a qual ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo, são conseqüências [sic] diretas de suas características físicas ou biológicas. (MUNANGA, 2004, p. 7 e 8).

O racismo é crime categorizado pela Lei nº 7.716/89, sob pena de reclusão de dois a cinco anos, e multa. O parágrafo 1º traz a seguinte afirmativa: “Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.”, seguido do parágrafo 2º: “A Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, em razão de raça, cor, etnia ou procedência nacional.” (Brasil, 1989).

A discriminação racial é presente na sociedade brasileira como um novo tipo de preconceito racial ou "preconceito a brasileira", usando justificativas fracas como “é só uma brincadeira” ou então “deixa de mimimi”, Isso é usado como meio de manter uma opressão que persiste em um país paradoxalmente conhecido como não discriminatório e democrático. Para Santos e Leite (2022, p. 3) “É preciso desfazer equívocos intencionais e aprender a distinguir o que é brincadeira do que é depreciação, desmerecimento e racismo quanto ao uso de termos e imagens sobre a história de um povo e sua luta secular.” Não devemos permanecer em silêncio, diante de “brincadeiras”, pois o silêncio pode ser interpretado como conivência e também como racismo.

RACISMO: IMAGENS QUE FORMAM O IMAGINÁRIO

Publicidade é o método promocional de um produto ou marca, aplicando estratégias atrativas para cada grupo de pessoas, conhecido como público-alvo. Utilizaremos aqui, como exemplo metafórico, uma propaganda de empréstimo para aposentados e pensionistas. Ela utilizará imagens, cores e frases para chamar a atenção desse público-alvo. No entanto, aqui, destacamos seu uso como ferramenta de alienação de uma ideologia centenária. Mesmo na era contemporânea, essa ideologia continua presente, ocultando sua profundidade. No Brasil e no mundo, é possível observar como marcas produzem propagandas publicitárias para chamar a atenção de seu público. A questão é que essas propagandas discriminam certos grupos, como crianças de pele escura, mulheres afrodescendentes e, especificamente, os indivíduos de raça negra.

Em um passado não tão distante, as propagandas traziam essas mensagens de forma mais que explícita, como salientado por Maria Luiza Tucci Carneiro, professora de História do Brasil Contemporâneo no departamento de História da USP. A partir de discussões, ela pontua: "As imagens transmitem ideologias racistas perigosas e podem formar conceitos e estereótipos à medida que são veiculadas" (Folha de São Paulo, 22 de setembro de 1995). Dessa forma, a autora deixa claro o perigo que os meios de veiculação de informações se tornam à medida que são utilizados para fins de intolerância e ódio.

Durante muito tempo, os movimentos negros e antirracistas foram silenciados e oprimidos, sem poder reivindicar seus direitos e espaços, sem poder manifestar e movimentar-se como atualmente. Hoje, é inaceitável que qualquer meio de comunicação use um grupo étnico para promover seu produto, degradando-o ou diminuindo-o. É vital revisitar discursos para questionar a hegemonia da branquitude, que ainda detém posições de poder. Devemos evitar que esses poderes criem discursos de indiferença na sociedade, que necessitam ser repensados e não mais usados.

Iniciaremos uma parada na história da propaganda brasileira e seus movimentos marcadamente racistas, contrapondo às marcas que lucram com a diversidade.

Figura 1. Anúncio da marca de esponjas Bombril, 1952

Fonte: <https://www.propagandashistoricas.com.br/2013/08/krespinha-esponja-de-aco-1952.html>. 2013

É possível observar, nitidamente, a referência da esponja de aço aos cabelos crespos, características fenotípicas de afrodescendentes, comparando o cabelo à palha de aço. Essa é mais uma das várias propagandas e anúncios que atingem diretamente o público e que, por diversas vezes, tenta inferiorizar a composição da identidade negra. Em 2020, a mesma marca reformula sua propaganda, ofertando a esponja em seu site, e novamente a persistente ideologia racista é evidente, conforme podemos verificar na imagem a seguir.

Figura 2. Anúncio da marca de esponjas Bombril, 2020

Fonte: <https://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/2020/06/17/bombril-lanca-esponja-de-aco-krespinha-e-criticada-nas-redes-e-retira-produto-do-site.ghtml>. 2020.

Observemos que, de 1952 a 2020, são 68 anos e a marca ainda fez um slogan que ratifica seu evidente racismo. Após críticas de usuários, a marca retirou o produto de seu site de vendas. Precisamos lutar constantemente contra os estereótipos, pois eles ainda estão presentes em nós. Qual caminho seria possível? Em 2021, a marca Salon Line, conhecida no Brasil por sua grande variedade em produtos para todos os tipos de cabelo, traz em sua nova campanha “No passinho da Salon line”, o enaltecimento e empoderando a mulher negra, com cabelo crespo ou cacheado. O repertório musical da campanha faz um mix entre dois ritmos bem brasileiros, o samba, com seus instrumentos de percussão, e o batidão do funk; além de ser cantada pela neta do monarca da Portela, Juliana Diniz e Érika Januzza, inspirada nas atuais e midiáticas trends, a campanha traz a sororidade embasada em frases como: “estamos todas juntas”, “somos uma só”, “você não está sozinha”.

Figura 3. anúncios da Salon Line (no passinho da Salon Line), 2021



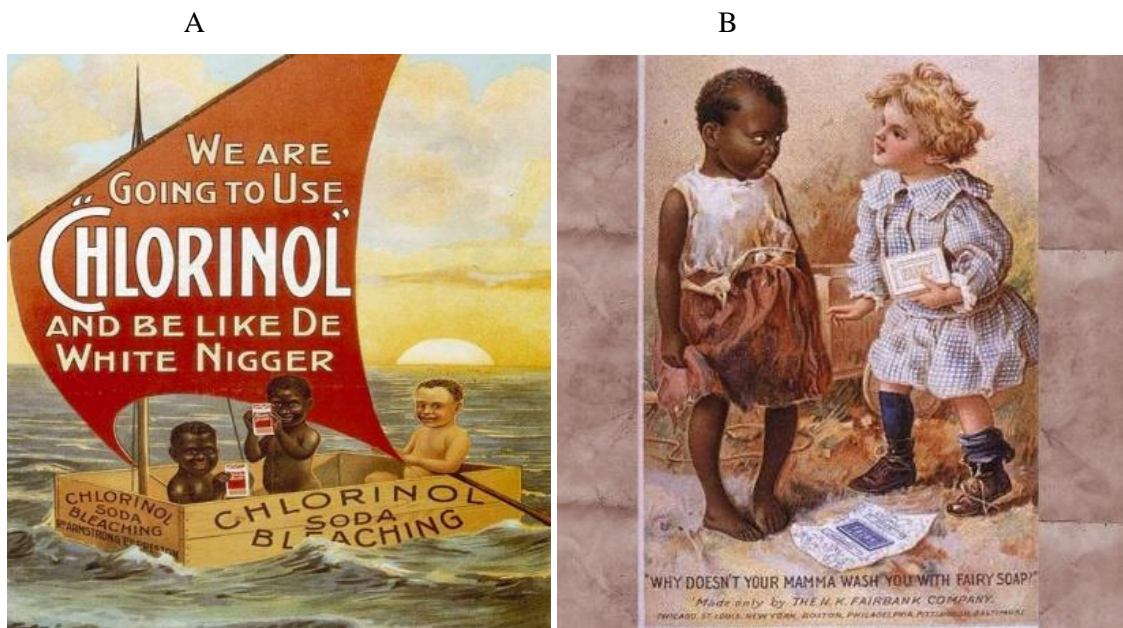
Fonte: <https://www.abcdacomunicacao.com.br/salon-line-lanca-campanha-exaltando-o-cabelo-cacheado-e-crespo/>. 2021.

Pensemos como Camila Trindade e Indy Naíse, ao produzir a música Ancestralidade, pensando na beleza ancestral que a mulher negra carrega no seu black, onda ou trança. É a força da resistência e da descolonização do pensamento, movimentos importantes para instrumentalizar a nova geração e reforçar a autoconfiança dos que já lutam, desde sempre.

Na minha cabeça nada é ruim
 Meu cabelo é bom, ruma ao céu sem fim
 Ruim é o seu racismo
 Chaga ignorância
 De quem não me reconhece, não
 Minha identidade
 Autoconfiança
 Sou rainha negra, sou afirmação
 Meu cabelo crespo
 Black, onda ou trança
 Ancestralidade é minha nação

A seguir, na imagem A, vemos a divulgação do Chlorinol, e observam-se três meninos, sendo dois em tonalidade mais escura e o outro em tonalidade mais clara. Dessa propaganda temos a seguinte afirmação, das duas crianças mais escuras: “we are going to use chlorinol and be like de white nigger” (“Nós iremos usar Chlorinol e ficar igual ao branco”). Uma propaganda que nitidamente traz arraigada a tentativa de embranquecimento do negro. Salientamos aqui o óbvio, que não existe negro branco, existem diferenças étnicas que devem ser respeitadas. Já na imagem B é possível observar duas crianças, sendo uma negra e uma branca. A criança branca segura a caixa de sabão e, abaixo, tem a sua pergunta para a criança negra: why doesn't you mamma wash you with fairy soap? (por que sua mãe não te lava com sabão de fada?). Essa propaganda faz referência ao negro como sujo, como se sua tonalidade de pele fosse sujeira, supondo que ao lavar com a marca de sabão ele ficaria branco? Essa é a hipótese levantada pela marca, de forma evidente.

Figura 3. Propaganda (A) chlorinol 1890, propaganda (B) do sabão Fairy, 1900



Fonte: (A): <https://www.propagandashistoricas.com.br/2014/01/sabao-fairy-preconceito-racial-1900.html>, 2014. (B) <https://www.hypeness.com.br/2013/12/propagandas-vintage-que-seriam-barradas-nos-dias-de- hoje/>, 2013.

Para Fernandes e Souza (2016), a identidade é construída em processos de interação e diálogos com outros estabelecidos. Mas, quando o outro não consegue nos enxergar como somos, como criamos essa identidade? Sobre isso, as autoras ainda pontuam:

Ora, o racismo dificulta o diálogo entre os diferentes grupos que compõe a sociedade brasileira, pois cria fronteiras simbólicas rígidas, estabelecendo binarismo identitários, ou seja, uma identidade do que é “ser negro” contraposta ao que é “ser branco”, baseadas em estereótipos negativos para os primeiros e positivos para os últimos. (FERNANDES e SOUZA, 2016, p.106).

Jorge Aragão, em sua música “Identidade”, traz esse retrato feito ao negro, ao tempo que ressalta a não aceitação “desse lugar”, ao qual o território negro, enquanto identidade, foi destinado.

Quem cede a vez não quer vitória
Somos herança da memória
Temos a cor da noite
Filhos de todo açoite
Fato real de nossa história
Se preto de alma branca pra você
É o exemplo da dignidade
Não nos ajuda, só nos faz sofrer
Nem resgata nossa identidade

Nos anos de 2010 e 2011, a marca Devassa traz a publicidade de sua cerveja intitulada tropical dark, onde a mesma é representada por uma mulher negra com um vestido de gala e com as costas nuas. Essa representação da mulher negra na propaganda faz uma alusão ao corpo da mulher negra como hipersexualizado. Podemos observar que essa representação tem uma historicidade colonial onde os senhores de engenho escolhiam as negras consideradas mais bonitas e formosas para os serviços da casa, local onde sofreriam, de seus senhores, abusos sexuais, com a justificativa de elas eram morenas da cor do “pecado”, atribuindo ao abuso uma conotação religiosa, colocando a mulher negra como provocante.

Figura 4. Anúncio da marca de cerveja Devassa Tropical Dark, 2017



Fonte: <https://economia.uol.com.br/listas/propagandas-acusadas-de-racismo.htm>. 2017.

“Assim, a maneira através da qual as mulheres negras são vistas, definirá qual papel representará em determinado contexto” (REIS, 2019, p. 96). A Devassa demonstrou, de forma bastante explícita, de qual forma enxergou a mulher negra, ao construir a sua propaganda; em um país onde ser mulher e ser negra, é sofrer duplamente, a de gênero, por nascer biologicamente, mulher em uma sociedade machista e patriarcal, e a de cor, por ser negra em uma sociedade racista.

É comum nos desfiles de carnaval escutarmos nas letras dos sambas enredos, toda a historiografia africana e como ocorreu, e ocorrem, os processos sociais no Brasil diante das problemáticas ainda enfrentadas decorrentes do racismo, que rasga a pele daqueles que são discriminados pela sua cor. Mudou-se a ferramenta, mas, a lâmina ainda é cortante. Em contrariedade e em forma de denúncia, todos os anos as escolas de samba saem na avenida com alguma problemática ou delação social em seu enredo musical. Em 2019, a escola de samba Unidos da Vila Madalena retratou toda força, beleza e resiliência da mulher negra, marcando sua realeza ancestral, pois, lembremos, muitos reis e rainhas da África vieram ao Brasil no tráfico transatlântico.

"Da Majestosa África, Tu És Negra Mulher, Guerreira, a Verdadeira Pérola Negra"

“De guerreiras capazes de preservar
O Baobá, a coragem pra enfrentar
Guerreiras, rainhas, a soberania
A vontade de provar o seu lugar”

Inúmeras guerreiras trazidas para o Brasil tiveram que, estrategicamente, desfazer as voltas da árvore do esquecimento para manter viva sua identidade, sua cultura, suas crenças, sua fé. Devemos pensar a mulher negra como símbolo de resistência.

O supermercado Pão de Açúcar, em uma fatídica tentativa de publicidade e suposta decoração, colocou em seu ambiente a estátua de uma criança negra com os pés acorrentados por grilhões e segurando uma cesta de pães. Ao ser questionada, a rede de supermercado declarou que a peça foi adquirida como decoração, mas que iria rever as peças expostas dali em diante.

Figura 5. Propaganda do supermercado Pão de Açúcar, 2017



Fonte <https://economia.uol.com.br/listas/propagandas-acusadas-de-racismo.htm>. 2017

A grande questão é, como em pleno século XXI, uma estátua de uma criança, sendo esta negra e acorrentada com grilhões, pode ser exposta ao público dessa forma, sem pudor? É evidente que ao acorrentar uma pessoa negra, em qualquer que possa ser a ação, irá remeter-se ao período escravagista, onde negros eram acorrentados para não fugirem dos engenhos ou para sofrerem castigos.

É chocante que, em dias atuais, a identidade negra, e principalmente, a identidade negra infantil, não seja de fato respeitada. Crianças devem estudar e não trabalhar, conforme indicado na imagem. A criança, além de acorrentada, segura uma cesta de pães muito grande para seu suporte físico, assemelhando isso ao trabalho infantil. Se voltarmos ao passado, a “servidão” do período colonial começava cedo, quando ainda crianças. Segundo Ribeiro (2018, p. 44), “crianças negras crescem sem autoestima porque não se veem na TV ou nos livros didáticos”. A falta de representatividade faz com que crianças negras não se sintam integradas em uma sociedade. Assim, desde cedo, um lugar é imposto a elas que não condiz com seu verdadeiro direito.

Em 25 de maio de 2023, a Disney lança o remake live action do desenho animado clássico da Pequena Sereia de 1989, trazendo como protagonista para a sereia Ariel, Halle Bailey, uma jovem atriz negra. Desde a divulgação, o filme recebeu vários comentários, sendo a maioria, negativos do tipo (a Pequena Sereia não pode ser representada por uma atriz negra, ela é branca, ruiva e dos olhos claros). Por que uma atriz muito bem qualificada, com um papel deslumbrante, não poderia representar a pequena sereia? Concluímos, com a realidade de uma

sociedade racista, por ela ser negra. Depois do lançamento, pode-se ver muitas crianças negras, assistindo e exclamando (olha, mamãe, ela é negra, como eu). Concluímos então que a direção de Rob Marshall não errou na escolha. E que venham mais representatividades negras para nossas crianças.

Figura 6. Divulgação do filme The Little Mermaid (A Pequena Sereia) Disney, 2023



Fonte: <https://www.vtracker.com.br/a-pequena-sereia/>. 2023.

Figura 7. Propaganda da Dove, 2013



Fonte: <https://www.geledes.org.br/estrategia-de-marketing-10-anuncios-de-racismo-preconceitos-e-estereotipos/>. 2013.

Em sua propaganda, a marca Dove, uma marca de higiene e beleza, traz a divulgação de seu produto e três mulheres o representam. Estaria tudo bem se a publicidade não trouxesse três mulheres posicionadas propositalmente, uma negra, uma latina e a última branca. Está escrito "before"/antes e "after"/ depois. Qual mensagem a marca queria trazer? Ao invés de trazer a eficiência de seu produto, ela supostamente demonstra que, ao utilizá-lo, se teria um clareamento de tonalidade da pele até a negra se tornar branca. Estamos no século XXI, já basta, não queremos ver marcas utilizando um processo histórico para divulgar seus produtos. Existem outras maneiras?

Figura 8. Campanha da Avon (essa é minha cor), 2020

Fonte: <https://www.meioemensagem.com.br/marketing/avon-divulga-pesquisa-sobre-maquagem-e-peles-negras>. 2020.

Em 2020 a marca de beleza da Avon divulga uma nova linha de maquiagens para todos os tipos de peles das brasileiras pretas e pardas, trazendo representatividade e empoderamento a mulher negra em um ramo que por muito tempo não possuía essa representação, a campanha está disponível na plataforma do YouTube, com a descrição: eu sou preta, eu sou negra, acompanhada da tag #EssaÉMinhaCor. A letra foi composta por Larissa Luz, que descreve na letra da melodia:

Para pra me ver como eu sou
 Para notar que eu também tô no mundo pra brilhar
 Minha pele traz a minha essência
 Cada qual com a sua vivência
 Todas têm o seu lugar
 Eu digo: eu sou preta
 em bom tom
 Eu digo eu sou negra
 E é bom!
 Eu digo eu sou preta
 em bom tom
 Eu digo eu sou negra. Essa é a minha cor.
 Eu digo eu sou negra. Essa é a minha cor.

QUANDO O RACISMO ME TOCA?

"Tive que ter uma filha preta para despertar para o racismo" diz Lorena Improta, a revista Marie Claire. A dançarina, bailarina e publicitária que vive um relacionamento com o cantor Léo Santana, desde 2019, afirma que nunca parou para pensar nessas questões, mesmo vivendo todo esse período em uma relação inter-racial. Lore diz sempre ter visto Léo de igual para igual, somente após o nascimento de sua filha, Liz Improta, Lore afirma ter acordado para o racismo. Ela menciona que, logo após o nascimento de sua filha, não sabia realmente qual seria a cor de pele dela, e pontua:

Quando ela nasceu, um médico entrou no quarto do hospital para fazer uma ficha e perguntou como eu declarava racialmente minha filha, qual era a cor de pele dela. Eu estava sozinha naquele momento e travei. Fiquei perdida. Ela nasceu com pele clara, mas era fruto de uma relação

interracial. Lembro de dizer "acho que ela é parda", mas fiquei com muitos questionamentos naquele momento. Eu nem sequer sabia que a palavra colorismo existia. (Lorena Improtta a revista Marie Claire, 2023).

Lorena afirma não ter tido uma educação antirracista, portanto, não compreendia as dimensões do fato e escutou por vezes que não possuía lugar de fala, para falar sobre, então ela sempre esteve dentro da bolha em uma posição de conforto. Pensemos, se o racismo está na mão dos detentores de poder ideológico e se esses detentores são brancos, precisamos sim que brancos saiam dessa bolha e falem sobre racismo e, além de falar, deem ouvidos para escutar os grupos que constituem as minorias, através do seu poder da fala. Para Djamila Ribeiro:

Não estamos falando de experiências de indivíduos necessariamente, mas das condições sociais que permitem ou não que esses grupos acessem lugares de cidadania. Seria, principalmente, um debate estrutural. Não se trataria de afirmar as experiências individuais, mas de entender como o lugar social que certos grupos ocupam restringem oportunidades (Ribeiro, 2017, p. 35).

Assim, entendemos que o lugar de fala não propriamente se restringe a experiências sociais individuais e sim a que grupo que se fala. Dentro dessa perspectiva, pessoas brancas podem e devem falar sobre questões negras, pois quando falamos que não basta não ser racista, é necessário ser antirracista. Dessa forma, todos devem estar cientes, combatendo algo maior, o racismo sobre as estruturas sociais. Lorena buscou conhecimento sobre o que falava, realizando um curso de letramento racial, buscando envolver-se no mundo de sua filha, mas, faz-se necessário o ressaltado feito por ela, "foi necessário ter uma filha negra para acordar para o racismo", a partir daqui entendemos que para que ela o enxergasse foi preciso o incomodo gerado pelo estagnante racismo vinculado a sua filha para que ela saísse de sua "posição de conforto".

Por fim, chamamos a atenção para a importância de discutirmos, coletivamente, sobre o papel da escola na manutenção de uma estrutura racista, bem como, sobre a espacialização dessas relações no espaço geográfico.

A ESCOLA É UMA MEMÓRIA AFETIVA E INTENCIONAL

A escola é a instituição que pode se tornar uma grande aliada do movimento antirracista e um potente campo de construção de autoestima e autonomia negra.

Tudo que acontece na escola tem uma intenção e essa estrutura escolar está, de fato, contribuindo para a autoestima da criança, jovens e adultos negros e negras do nosso país.

Muito tem se falado que a educação brasileira tem avançado nos últimos anos, mas acredito que para existir avanço educacional é preciso e necessário trabalhar a autoestima da criança negra. O racismo está ligado diretamente ao processo de ensino e aprendizagem. Falar sobre uma educação antirracista na escola não é realizar um discurso de lamentação, mas sim dar visibilidade ao potencial e a contribuição dos povos africanos.

Sabemos que a escola é um dos principais agentes de formação de opinião de um indivíduo, e é nela que acontece a descoberta do outro, da diversidade e do respeito. É na escola, também, que se constrói um espaço assertivo de reconhecimento de que o racismo existe, o que é fundamental para se pensar uma educação antirracista. Contudo, reconhecer que o racismo existe é fundamental para se pensar em uma educação antirracista.

A filósofa e autora do livro "Pequeno Manual Antirracista" Djamila Ribeiro, aponta que "Devemos aprender a importância de nomear as opressões, já que não podemos combater o que não tem nome. Dessa forma, reconhecer o racismo é a melhor forma de combatê-lo." Nesse sentido, a escola,

enquanto espaço construído em comunidade, é reflexo de nossa sociedade que é sim racista, precisa se posicionar frente ao tema e traçar estratégias para combater o racismo.

Antes de falarmos sobre o que é uma educação antirracista, é importante pontuar que o Brasil foi um dos últimos países a libertar os africanos e seus descendentes escravizados. Infelizmente, carregamos essa terrível marca, na qual ainda é preciso lutar para termos, efetivamente, uma democracia racial. O racismo no Brasil é estrutural e institucional. Isso significa que ele está presente em todas as esferas da sociedade (incluindo a escola), muitas vezes ele não é reconhecido.

Clóvis Moura (1994) ao questionar a ideologia da “democracia racial”, afirma:

O racismo brasileiro(...)na sua estratégia e nas suas táticas agem sem demonstrar a sua rigidez, não aparece à luz, é ambíguo, meloso, pegajoso, mas altamente eficiente nos seus objetivos. (...) não podemos ter democracia racial em um país onde não se tem plena e completa democracia social, política, econômica, social e cultural. (MOURA, 1994, p. 160).

Diante desse questionamento, pensar em uma educação antirracista é afirmar que vidas negras e sobretudo das crianças negras importam, uma vez que são elas que mais sofrem com a ausência de representatividade positiva nos espaços escolares e sociais de uma forma geral.

As sutilezas do racismo contra as pessoas negras acontecem desde a infância e acompanham toda sua trajetória de vida. Sendo as crianças negras, constantemente, ridicularizadas por sua cor da pele, cabelo, vestimentas e, por vezes, excluídas de brincadeiras, o que afeta sua autoimagem, trazendo danos para sua saúde física e mental. Portanto, precisamos fortalecer a autoestima desde a infância. Combater o racismo desde a educação infantil proporciona uma infância livre da discriminação.

Quando a escola passa a compreender e a reconhecer este cenário, é possível começar a pensar em práticas e metodologias para desconstruir o racismo no ambiente escolar.

A educação antirracista é, portanto, um mecanismo que busca a erradicação do preconceito e da discriminação. É aquela que reconhece que vivemos em uma sociedade racista e que infelizmente as relações entre as pessoas ainda são pautadas pelo lugar social e racial que elas ocupam. Nesse sentido, uma educação antirracista funciona como um recurso potente e é por meio dela, que acreditamos que outra educação é possível.

RESULTADOS DA ANÁLISE

A partir das análises realizadas, por intermédio das revisões bibliográficas e análises de campanhas publicitárias é possível observar como o mundo e a sociedade brasileira se constituíram sob forte influência do racismo. Apesar das ações afirmativas, resultados de lutas dos movimentos negros que agem no sentido de valorizar e incluir aqueles que foram historicamente excluídos, ainda há muito a fazer; a descolonização está apenas em seu começo.

A partir do material analisado, é possível ver que muitas propagandas continuam a repetir e reafirmar o preconceito dentro das conjunturas sociais, por vezes de forma grosseira e escancarada e em outras de forma sutil. É possível observar que seus enraizamentos dentro da sociedade perpassam por séculos. Faz-se necessário repensar seus usos cotidianos e policiar-se para aboli-los. Expressões e palavras que são frutos da árvore do racismo. Campanhas que vêm carregadas. A utilização de termos como: "mulata tipo exportação", um aparente elogio reforçando a hiper sexualização da mulher negra, que no período escravocrata era objetificada, erotizada como uma posse de seu senhor, servindo-o como adornos sexuais.

Vivendo no século XXI, não é tolerável aceitar a perpetuação de atos que descendem de uma época tão cruel. Não é admissível piadinhas ou que se desdenhe de características de um povo que até hoje luta por sua liberdade de ser quem é quando o assunto é racismo, mas é só pensar em anúncios e

propagandas que eram e continuam sendo vistas abertamente, para se reconhecer a estrutura racista deste país.

A imagem negra sofre uma impressão negativa, refletindo as marcas visíveis do racismo estrutural na sociedade. Essa percepção é resultado de um processo histórico. É notável o papel dos meios digitais na problematização do racismo. As redes sociais possibilitam uma discussão aberta, trazendo estas questões à tona para a sociedade. Dessa forma, é possível disseminar esse discurso globalmente, ao invés de silenciá-lo localmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade de descolonizar o pensamento, a língua e os meios de interação e comunicação é evidente. Isso visa evitar a repetição de palavras, expressões, campanhas publicitárias, músicas, dentre outras, repletas de estereótipos e indiferença. A sociedade precisa parar de estigmatizar e estereotipar o negro por suas características, língua, religiões ou aspectos físicos. Estas ações contribuem para a depreciação da imagem afrodescendente e para a subalternização, remetendo ao período de escravidão. É preciso educar o pensamento para que a sociedade se eduque. Não é aceitável afirmar que algo é ruim ou mal feito por ser feito por uma pessoa negra, especialmente numa nação miscigenada onde mais da metade da população se declara parda ou preta. A intolerância racial não é admissível.

Ao continuarmos negando o nosso racismo, não haverá mudança ao nosso redor. Enquanto “nós”, professoras e professores, continuarmos contando a história a partir do olhar colonizador, a escola permanecerá fechando os olhos para as barbáries cometidas contra as populações enredadas no projeto colonial e vítimas das maiores atrocidades cometidas contra a humanidade. Continuará sendo espaço de racismo e exclusão.

Enquanto não percebermos os perversos movimentos racistas que pretendem impor um padrão específico para acessar as estruturas da sociedade, criando o grupo dos privilegiados, invisibilizando os demais, nada mudará. Apenas quando deixarmos de terceirizar o racismo, poderemos refletir sobre nossos próprios movimentos e atitudes, contribuindo não apenas para desmistificar o racismo, mas, especialmente, para organizar uma sociedade antirracista, quer seja em ambiente escolar ou fora de seus muros.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 7.716/89. Dispõe sobre a lei categorizada como racismo, de 05 de janeiro de 1989. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF. Disponível em: <[FERNANDES, Viviane Barboza. SOUZA, Maria Cecilia Cortez Christiano de. Identidade Negra entre exclusão e liberdade. Revista do instituto de estudos brasileiros. nº 63. abr. 2016 \(103-120\). Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rieb/a/Qxn7Fj4Q5d73gGYsQKHj4s/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 07 de setembro de 2023.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%207.716%2C%20DE%205%20DE%20JANEIRO%20DE%201989.&text=Define%20os%20crimes%20resultantes%20de,de%20ra%C3%A7a%20ou%20de%20cor.&text=Art.%20%C2%BA%20(Vetado)>”. Acesso em: 06 de setembro de 2023.</p></div><div data-bbox=)

GONÇALVES, Luiz Alberto de Oliveira. SILVA Petronilha Beatriz Gonçalves. Movimento negro e educação. Set/Out/Nov/Dez 2000 Nº 15. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/8rz8S3Dxm9ZLBghPZGKtPjv/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 27 de agosto de 2023.

HENRIQUES, R. M. Desigualdade Racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90. Brasília: IPEA, 2001. (Texto para discussão, n. 807). Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1968>>. Acesso em 31 de agosto de 2023.

PASSOS, Joana Célia dos. As desigualdades na escolarização da população negra e a Educação de Jovens e Adultos. *EJA EM DEBATE*, Florianópolis, vol. 1, n. 1. nov. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/EJA/article/view/998/pdf>>. Acesso em 29 de agosto de 2023.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Tradução. Niterói: EDUFF, 2004. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_UmaAbordagemConceitualDasNocoosDeRacaRacismoIdentidadeEEtnia.pdf. Acesso em: 30 out. 2023.

REIS, M. de Oliveira. O pacto narcísico da casa-grande: a representação das mulheres negras a partir de Lélia Gonzalez e Gilberto Freyre. *Humanidades em diálogo*, v. 9, n. 1, p. 93-101, 2019.

RIBEIRO, Djamila. Quem tem medo do feminismo negro? 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. Acesso em: 08 de setembro de 2023

_____. O que é lugar de fala. Belo Horizonte (MG): Letramento: 2017. Disponível em: <https://www.sindjorce.org.br/wp-content/uploads/2019/10/RIBEIRO-D.-O-que-e-lugar-de-fala.pdf>. Acesso em 10 de setembro de 2023.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1)

SANTOS, Mayra Gonzaga dos. LEITE, Angela Maria Araújo. É SÓ UMA BRINCADEIRA (?) AÇÕES E REAÇÕES RACISTAS NO COTIDIANO DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: em busca da descolonização do pensamento. In: Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia (ENPEG). 15 edição. ISBN: 978-85-85369-24-8. 2022.